



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO DE ROTAS DE TRANSPORTE RASTREADAS PARA SERVIDORES E COLABORADORES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, LOTADOS NO CENTRO ADMINISTRATIVO GOVERNADOR VIRGÍLIO TÁVORA, NO PERCURSO DE IDA E VOLTA DO TRABALHO, CONFORME DISPOSIÇÕES CONTIDAS NESTE, COM O OBJETIVO DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DESTA CORTE, QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA E A EMPRESA DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS URUBURETAMA LTDA-ME. (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8517408-07.2016.8.06.0000).

CT Nº 05/2017

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, com sede na Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n, Bairro Cambéba, Fortaleza-CE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.444.530/0001-01, doravante denominado simplesmente de TJCE ou CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente, Des. Francisco Gladysson Pontes, e por seu Secretário de Administração e Infraestrutura, Dr. Moisés Antônio Fernandes Monte Costa, e a **EMPRESA DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS URUBURETAMA LTDA. ME**, com sede na Rua Major Adelino, nº 47, Bairro Centro, em Umirim-CE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.248.663/0001-80, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada por seu sócio administrador, Sr. Francisco Pinto Neto, brasileiro, empresário, portador da cédula de identidade nº 162.989-SSP-CE e inscrito no CPF/MF sob o nº 015.112.203-25, pactuam o presente Contrato, que se regerá pelas Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, e n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal

Fundamenta-se o presente Instrumento na proposta apresentada pela CONTRATADA e no resultado da Licitação realizada sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 37/2016, devidamente homologado pela Presidente Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, tudo em conformidade com as disposições da Lei Federal n. 10.520/2002, e a Lei Federal n. 8.666/1993, e suas alterações posteriores, e, ainda, com o Processo Administrativo nº 8517408-07.2016.8.06.0000.

Cláusula Segunda – Do Objeto

O Objeto deste Instrumento consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviço continuado de rotas de transporte rastreadas para servidores e cola-

CT Nº 05/2017



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

boradores do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, lotados no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, no percurso de ida e volta do trabalho, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 37/2016, e, ainda, no(s) seu(s) Anexo(s), todos, parte(s) integrante(s) deste Contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO – DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

A prestação do objeto obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições assumidas na proposta firmada pela CONTRATADA, dirigida ao CONTRATANTE, independentemente da transcrição, a qual faz parte integrante e complementar deste Instrumento, no que não o contrarie.

Cláusula Terceira – Das Obrigações

São obrigações das partes neste Contrato:

Parágrafo Primeiro – DO CONTRATANTE:

- I) Indicar os trechos e horários das rotas a serem seguidos, e o perímetro percorrido;
- II) Notificar à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços;
- III) Fiscalizar a realização dos serviços, devendo, em decorrência de irregularidades, solicitar providências à CONTRATADA;
- IV) Aplicar as penalidades previstas neste Contrato, na hipótese de a CONTRATADA não cumprir com o serviço contratado;
- V) Efetuar o pagamento das faturas/notas fiscais de cobrança emitidas pela CONTRATADA;
- VI) Receber, conferir e atestar as faturas/notas fiscais de cobranças emitidas pela CONTRATADA;
- VII) Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização da prestação dos serviços listados neste Contrato.

Parágrafo Segundo – DA CONTRATADA:

- I) Prestar os serviços contratados, atendendo fielmente às necessidades constantes do objeto do contrato;
- II) Cumprir os horários estabelecidos pelo TJCE, para prestação de serviços, com estrita observância da legislação trabalhista e conforme roteiros previstos no Anexo I deste Contrato;
- III) No ato da assinatura do contrato a CONTRATADA deve nomear um responsável operacional que será o contato imediato do fiscal do contrato para resolução de qualquer assunto correlacionado com o objeto contratado;
- IV) Adotar as providências necessárias quanto aos cuidados relativos à manutenção preventiva e corretiva, bem como veículos e motoristas reservas, para evitar que os serviços não sofram qualquer tipo de descontinuidade;
- V) Em caso de acidentes ou panes em geral que impossibilitem a locomoção do veículo, o mesmo deve ser substituído em no máximo 1 (uma) hora após comunicado o sinistro ao responsável operacional da CONTRATADA;



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- VI) Não modificar, sob qualquer pretexto, os roteiros estabelecidos no Anexo I deste Contrato, salvo sob solicitação do Fiscal ou Gestor do Contrato em atendimento a alguma determinação do TJCE ou em caso superveniente ou de força maior que impossibilitem a execução, apresentando a devida justificativa;
- VII) É obrigatório o uso de fardamento e crachá da CONTRATADA, pelos condutores que deverão ter seus nomes e contatos telefônicos informados à CONTRATANTE;
- VIII) Responder a qualquer ônus do contrato, tais como taxas, impostos e quaisquer exigências legais ou regulamentares que venham a incidir sobre a atividade pactuada;
- IX) Assumir as responsabilidades pelos encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais resultantes da execução do contrato;
- X) Manter-se, durante todo o período da execução do Contrato e eventuais aditivos, em compatibilidade com as obrigações assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;
- XI) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o Contrato com o Tribunal de Justiça;
- XII) Conceder ao CONTRATANTE o direito de exercer ampla fiscalização sobre os serviços em andamento, permitindo o livre acesso em suas dependências e aos seus veículos, em qualquer dia ou hora, bem como prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados;
- XIII) Protocolar até o quinto dia útil do mês subsequente a prestação dos serviços, relatório e solicitação de pagamento impresso no Protocolo Geral do TJCE;
- XIV) Fornecer lista com a identificação das placas dos veículos a serem utilizados em cada rota, informando também em caso de substituição dos mesmos via e-mail (transportes@tjce.jus.br) ou sistema de rastreamento;
- XV) Os condutores deverão possuir vínculo empregatício com a CONTRATADA;
- XVI) Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da CONTRATANTE;
- XVII) Vistoriar diariamente todos os ônibus ao final de cada viagem, e deixando sob guarda do Fiscal ou Gestor do contrato, quaisquer objetos ou valores encontrados;
- XVIII) A CONTRATADA não poderá permanecer com seus veículos dentro do Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, durante o intervalo compreendido entre a chegada e saída, tendo uma tolerância de 45 (quarenta e cinco) minutos para fazê-lo, salvo por motivo de defeito que inviabilize a remoção do veículo, caso em que terá um prazo de 3 (três) horas para removê-lo ou após expressa autorização do TJCE;
- XIX) Manter junto ao veículo e de posse do condutor desenho do trajeto, bem como os nomes das vias que compõem o trajeto em local legível para os passageiros.

Cláusula Quarta – Do Escopo dos Serviços

Parágrafo Primeiro - Os serviços compreendem a realização do trajeto diário por meio das rotas de transporte de servidores e colaboradores, composto por 8 (oito) veículos rastreados especificados na Cláusula Quinta, que realizarão o trajeto compreendido entre o Palácio da Justiça, localizado na Avenida General Afonso Albuquerque Lima S/N e as principais avenidas, cada uma, de acordo com os trajetos especificados no Anexo I deste Termo de Referência, visando auxiliar os servidores e colaboradores na chegada e saída do trabalho, além do



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

transporte de servidores e colaboradores em eventos desta instituição, por demanda, através de veículos com a mesma especificação;

Parágrafo Segundo - Como forma de padronização, cada rota obedecerá ao trajeto especificado no Anexo I deste Termo de Referência, o qual não poderá sofrer alteração sem justificativa, e esta deverá ser comunicada pela CONTRATADA, no máximo em 48 horas do fato ocorrido, via ofício protocolado na sede do Tribunal de Justiça do Ceará, ou via correio eletrônico para o fiscal do contrato, através do e-mail transportes@tjce.jus.br;

Parágrafo Terceiro - A rota chegará ao Tribunal no horário correspondente ao início da jornada de trabalho. No retorno do TJCE, os veículos devem estar estacionados em locais a serem determinados pelo TJCE com, no mínimo, 15 (quinze) minutos que antecedem o início das rotas no local da partida, indicado por placas, localizado na lateral do prédio do Palácio da Justiça;

Parágrafo Quarto - Os horários de chegada e saída do TJCE poderão sofrer alterações de acordo com a conveniência da Administração, e serão comunicados à CONTRATADA através de ofício do Fiscal do Contrato informando os novos horários, com pelo menos, 48 horas de antecedência;

Parágrafo Quinto - As alterações de veículos e condutores ficam sob administração da CONTRATADA, devendo ser notificadas ao TJCE, no máximo em 48 horas, no moldes do parágrafo segundo da presente cláusula, para que a mesma esteja com as informações atualizadas para repassar aos usuários;

Parágrafo Sexto - Os serviços contemplados por esse processo de licitação atenderão também, quando solicitado pelo TJCE, a locomoção de usuários em eventos da Instituição em todo o território Estadual, perfazendo uma quantidade máxima de 1.200 (um mil e duzentos) quilômetros anuais distribuídos ao longo dos 12 (doze) meses do ano, que será cobrado do TJCE, somente se o mesmo solicitar o serviço;

I - Os serviços descritos neste item serão solicitados com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, através de ofício do fiscal ou gestor do contrato informando quantitativo e deslocamentos necessários;

Parágrafo Sétimo - Durante o percurso de ida ao TJCE, poderão ter acesso aos ônibus apenas os servidores e colaboradores que estejam nas paradas destinadas aos ônibus de transporte público, localizadas no trajeto da referida rota, com a apresentação de identificação funcional (crachá ou identidade funcional). Já no trajeto de retorno do TJCE, os usuários poderão desembarcar do veículo nas paradas destinadas aos ônibus de transporte público, localizadas no trajeto da referida rota solicitando ao motorista com antecedência.

Cláusula Quinta – Das Especificações dos Veículos

Parágrafo Primeiro - Os veículos das rotas serão do tipo ônibus e devem conter no mínimo os seguintes itens:

- I) Ar condicionado;
- II) Poltronas tipo semi-leito;
- III) O tempo de uso de acordo com o certificado de registro e licenciamento do veículo – CRLV, não pode ser superior a 5 (cinco) anos;



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- IV) Identificação no pára-brisa de qual rota pertence e o nome da Instituição (eletrônico ou físico);
- V) Capacidade mínima de 44 lugares sentados;
- VI) Demais itens obrigatórios conforme legislação de trânsito vigente.

Parágrafo Segundo - No mínimo 1 (um) dos veículos deverá possuir acesso para cadeirantes, contendo, além dos itens citados acima, o seguinte:

- I) Elevador ou rampa que auxiliam o transporte de deficientes físicos;
- II) Piso do veículo acessível deve ser de material antiderrapante;
- III) Deve haver no mínimo espaço para 2 (duas) cadeiras de rodas, complementada por uma área livre para manobra no embarque e desembarque, conforme norma da ABNT: NBR 14022:2009;
- IV) Nos veículos destinados aos cadeirantes, a capacidade mínima descrita no inciso V do parágrafo anterior será reduzida proporcionalmente ao espaço destinado aos cadeirantes.

Parágrafo Terceiro - Todos os veículos contratados devem conter sistema de rastreamento com software disponibilizado ao TJCE, com as seguintes características:

- I) Acesso as informações instantâneas de localização individual dos veículos, via browser;
- II) Acesso a informações de todas as linhas e trechos percorridos, com horário e data específicos, identificadas em mapa, com uma temporalidade de visualização durante toda a vigência contratual disponíveis para consulta.

Cláusula Sexta – Do Preço

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços prestados, o valor global de R\$ 932.819,29 (novecentos e trinta e dois mil, oitocentos e dezenove reais e vinte e nove centavos).

Cláusula Sétima – Dos Recursos Orçamentários

Os recursos financeiros correrão por conta do Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará – FERMOJU, tendo como Fonte dos recursos próprios, nas seguintes dotações orçamentárias:

04200031.02.061.500.22576.1500000.33903300.27000.1.20

Cláusula Oitava – Da Vigência Contratual

A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a 60 (sessenta) meses conforme dispõe o Inciso II, do art. 57, da Lei n. 8.666/1993.

Cláusula Nona – Do Pagamento



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA deverá protocolar a documentação necessária junto ao Serviço de Protocolo do CONTRATANTE, até o quinto dia útil do mês subsequente aos serviços realizados.

Parágrafo Segundo - Os Documentos para apresentação na solicitação de pagamento são:

- I) Nota Fiscal;
- II) Relatório consolidado da realização das rotas no mês;
- III) Certidão quanto a Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria Geral da Administração Nacional, do domicílio ou da sede da CONTRATADA;
- IV) Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais administradas pela Secretaria da Receita Federal, do domicílio ou da sede da CONTRATADA;
- V) Documento comprobatório de inexistência de débito como Instituto Nacional de Seguridade Social (Certidão Negativa de Débito – CND);
- VI) Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fornecido pela Caixa Econômica Federal;
- VII) Certidão de Quitação dos Débitos Estaduais, do domicílio ou da sede da CONTRATADA;
- VIII) Certidão de Quitação dos Débitos Municipais, do domicílio ou da sede da CONTRATADA;
- IX) Comprovante de CNPJ junto a Receita Federal.

Parágrafo Terceiro - Caso a Fatura seja apresentada após o prazo constante no parágrafo primeiro desta cláusula, o pagamento será efetuado no mês posterior da apresentação dos documentos.

Parágrafo Quarto - A fatura deverá corresponder ao período de 1 (um) mês, considerando os serviços prestados das 0h00 do primeiro dia do mês de referência às 23h59 do último dia do mesmo mês, contendo os valores gastos por tipo de serviço e por veículo.

Parágrafo Quinto - O pagamento referente aos serviços será realizado por meio de depósito bancário preferencialmente nas agências do BANCO BRADESCO S/A, devendo as solicitações de pagamento, referentes à execução dos serviços previamente autorizadas, serem entregues até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação dos mesmos, e o pagamento deverá ser realizado, sem quaisquer acréscimos e atualização monetária, até o último dia útil do referido mês, devidamente atestado pelo(s) setor(es) competente(s) deste Tribunal de Justiça. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Judiciário – FERMOJU, CNPJ n. 41.655.846/0001-47.

Parágrafo Sexto - Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência na liquidação de obrigações financeiras decorrentes de penalidades ou inadimplência contratual, inclusive no que se refere à apresentação do demonstrativo dos serviços executados, podendo ser as mesmas descontadas da fatura após autorização pela CONTRATADA.

Parágrafo Sétimo - O Tribunal de Justiça do Ceará não se responsabiliza por qualquer despesa bancária, nem por qualquer outro pagamento não previsto neste Termo de Referência.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Parágrafo Oitavo - O valor mensal cobrado será calculado conforme fórmula abaixo:

$$VM = (\sum QD + QE) \times VQ$$

Onde:

VM = Valor Mensal;

$\sum QD$ = Somatório das quilometragens diárias realizadas;

QE = Quilômetros de transportes extras solicitados; e

VQ = Valor unitário do quilômetro.

Parágrafo Nono - As quilometragens diárias deverão respeitar as descritas no Anexo I deste Contrato, salvo por aquelas devidamente justificadas, que poderão ser cobradas após aceite da justificativa pelo Fiscal do Contrato, e serão pagas através dos serviços por demanda.

Parágrafo Décimo - Os serviços sob demanda serão calculados com base na distância calculada pelo TJCE e enviados para empresa para execução dos serviços. Vale acrescentar que o TJCE não se obriga a utilizar a totalidade dos quilômetros previstos sob demanda.

Parágrafo Décimo Primeiro - A apresentação de Nota Fiscal com incorreções ou desacompanhada da documentação requerida no item anterior implicará na sua devolução à Empresa Contratada para regularização, devendo o prazo de pagamento ser contado a partir da data de sua reapresentação.

Parágrafo Décimo Segundo - Nenhum pagamento isentará a empresa fornecedora das suas responsabilidades e obrigações assumidas.

Parágrafo Décimo Terceiro - O Tribunal de Justiça do Ceará não se responsabiliza por qualquer despesa bancária, nem por qualquer outro pagamento não previsto neste Contrato.

Cláusula Décima – Da Garantia Contratual

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA deverá apresentar garantia no ato da assinatura do contrato, equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global anual do contrato, sob quaisquer das modalidades previstas no artigo 56, parágrafo 1º da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993.

I) Na garantia deverá estar expresso prazo de validade superior a 90 (noventa) dias do prazo contratual;

II) O atraso na apresentação da garantia superior a 30 dias acarretará a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da multa prevista neste Contrato.

Parágrafo Segundo - Mediante solicitação, a garantia será devolvida no término do contrato e após cumprimento integral das obrigações assumidas, recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados ao Tribunal de Justiça e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º, do art. 56, da Lei Federal n. 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro - Caso haja renovação do contrato ou ajuste de preços, deverão ser feitas as adequações necessárias, quanto à vigência e cobertura, nos documentos de garantia.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

I) A não renovação, tempestiva, da garantia do contrato ensejará a retenção de pagamentos até a regularização do respectivo documento, independentemente da aplicação das sanções contratuais.

Parágrafo Quarto - A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, poderá ser utilizada para ressarcimento do Tribunal de Justiça e para pagamento dos valores das multas moratórias, multas punitivas e indenizações devidas pela CONTRATADA.

Parágrafo Quinto - Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento de multas, ela deve ser complementada no prazo de até 48 horas, contado da solicitação do Tribunal de Justiça.

Parágrafo Sexto - A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

Cláusula Décima Primeira – Do Recebimento/Aceitação do Objeto

Parágrafo Primeiro - Os serviços prestados serão recebidos provisoriamente por um funcionário da Secretaria de Administração do TJCE, através da Divisão de Transporte para posterior verificação, fundamentado no Art. 73, inciso II, alínea "a", da Lei Federal n. 8.666/1993.

Parágrafo Segundo - Após apresentação de fatura, conforme descritos na Cláusula Nona deste Contrato (Do Pagamento), serão analisados os valores apresentados para emissão do atesto pelo Fiscal do Contrato, com posterior encaminhamento ao Gestor do Contrato para autorização de pagamento.

Cláusula Décima Segunda – Dos Reajustes e Acréscimos

Parágrafo Primeiro - Os valores decorrentes da presente contratação serão fixos e irrevogáveis pelo período de 1 (um) ano a contar da assinatura do contrato.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA poderá solicitar reajuste de preços, somente depois de 1 (um) ano, a contar da data da assinatura do contrato, caso o mesmo venha a ser prorrogado.

Parágrafo Terceiro - O reajuste de preços do contrato será efetuado com base no reajuste da tarifa das linhas intermunicipais, realizado pelo DETRAN/CE e homologado pela ARCE, uma única vez em cada período de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato e, assim, sucessivamente, caso haja aditivos de prorrogação de prazo, para fazer face à elevação regular dos custos, calculados de acordo com a seguinte fórmula e índices:

$$\text{IRT} = 0,30 \times \text{"IPCA Óleo diesel"} + 0,40 \times \text{INPC} + 0,30 \times \text{IPCA}$$

Onde:

IRT: Índice de Reajuste Tarifário

IPCA Óleo Diesel: Índice de Preços ao Consumidor Amplo – Diesel

INPC: Índice Nacional de Preços ao Consumidor

IPCA: Índice de Preços ao Consumidor Amplo



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Os três últimos calculados e divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE.

Parágrafo Quarto - A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato, conforme previsto no art. 65, §1º, da Lei n. 8.666/1993.

Clausula Décima Terceira - Das Penalidades

Parágrafo Primeiro - Pela inexecução total ou parcial do contrato, o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará poderá, ainda, garantida prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- I) Advertência;
- II) Multa, na forma prevista neste termo de referência;
- III) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;
- V) Rescisão do contrato.

Parágrafo Segundo - Segue abaixo tabela com as sanções e seus níveis de graduação:

DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL	SANÇÃO
1. Veículo em desconformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, desde que não gere prejuízo ou risco eminente ao usuário;	Advertência
2. Desvio de rota sem justificativa ou aviso à CONTRATANTE;	
3. Inoperância do sistema de rastreamento disponibilizado à CONTRATANTE;	
4. Substituição de veículo sem o devido conhecimento da CONTRATANTE;	
5. Falta de educação e urbanidade dos condutores no tratamento com os usuários;	
6. Falta de higiene nas dependências dos veículos;	



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL	SANÇÃO
7. Deixar de informar alteração dos veículos ou condutores na realização da rota;	
1. Ser reincidente em descumprimento já punido com advertência dentro de um período de 6 (seis) meses; 2. Descumprimentos de até cinco dias úteis consecutivos: <ul style="list-style-type: none">• Veículo em desconformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, com prejuízo ou risco iminente ao transporte dos usuários;• Desvio de rota sem justificativa ou aviso à CONTRATANTE, com prejuízo ao transporte dos usuários;• Atraso maior que o previsto 1 (uma) hora], na substituição de veículo com problema; • Não dispor de rastreador, ou possuir rastreador inoperante em veículo utilizado para realizar a rota;	Multa de 1,5% ao dia sob valor mensal da rota específica
1. Descumprimentos por mais de cinco dias úteis consecutivos e até vinte e um dias úteis: Veículo em desconformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, com prejuízo ou risco iminente ao transporte dos usuários; <ul style="list-style-type: none">• Desvio de rota sem justificativa ou aviso à CONTRATANTE, com prejuízo ao transporte dos usuários;• Atraso maior que o previsto 1 (uma) hora], na substituição de veículo com problema; • Não dispor rastreador em veículo utilizado para realizar a rota;	Multa de 2% ao dia sob valor mensal da rota específica
1. Descumprimentos superiores a vinte e um dias úteis: <ul style="list-style-type: none">• Veículo em desconformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, com prejuízo ou risco iminente ao transporte dos usuários;• Desvio de rota sem justificativa ou aviso à CONTRATANTE, com prejuízo ao transporte dos usuários;• Atraso maior que o previsto 1 (uma) hora], na substitui-	Multa de 2,5% ao dia sob valor mensal da rota específica



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL	SANÇÃO
ção de veículo com problema; <ul style="list-style-type: none">Não dispor rastreador em veículo utilizado para realizar a rota;	
1. Não providenciar a regularização do veículo, nos moldes deste termo, em 48 (quarenta e oito) horas, após recebimento da notificação pela CONTRATANTE;	Multa de 2% do valor mensal do conjunto de rotas por ocorrência
1. Deixar de realizar qualquer viagem de uma das rotas contratadas, ida ou volta	Multa de 10% do valor mensal da rota específica por ocorrência
1. Inexecução de todas as viagens (ida ou volta)	Multa de 15% do valor mensal do conjunto de rotas por ocorrência

Parágrafo Terceiro - Nos casos omissos, serão aplicadas as sanções após o devido processo administrativo, resguardados os princípios de proporcionalidade e igualdade com base nas sanções existentes, sempre equivalentes ao prejuízo ou transtorno causado.

Parágrafo Quarto - O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR.

Parágrafo Quinto - Se o valor do pagamento for insuficiente, fica o FORNECEDOR obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

Parágrafo Sexto - Para efeito de aplicação das sanções, fica caracterizado o prejuízo ao transporte dos usuários, a não realização do transporte dos mesmos ou motivo que acarrete em atraso na sua chegada ao trabalho ou terminal superior em 1 (uma) hora do previsto e, como risco iminente, aquele que possa trazer risco à segurança ou prejuízos aos usuários e a terceiros.

Cláusula Décima Quarta – Da Fiscalização do Contrato

O contrato de prestação dos serviços objeto deste Contrato será gerido pelo Departamento de Suprimentos e Logística e fiscalizado pela Divisão de Transporte por servidor designado para este fim, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal n. 8.666/1993.

Cláusula Décima Quinta – Da Rescisão

Parágrafo Primeiro - inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas no artigo 78 da Lei n. 8.666/1993.

Parágrafo Segundo - Os procedimentos de rescisão contratual, tanto os amigáveis como os determinados por ato unilateral do CONTRATANTE, serão formalmente motivados, asseguradas à CONTRATADA, na segunda hipótese, a produção de contraditório e a dedução de ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da intenção da Administração para que, se o desejar, a CONTRATADA apresente defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

de seu recebimento e, em hipótese de desacolhimento da defesa, interponha recurso hierárquico no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação comprovada da decisão rescisória.

Parágrafo Terceiro - A não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA ensejará a rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções, sendo vedada a retenção de pagamento se a CONTRATADA não incorrer em qualquer inexecução do serviço ou não o tiver prestado a contento.

Parágrafo Quarto - A Administração concederá um prazo de 5 (cinco) dias para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação. Fica esclarecido que até a regularização das obrigações, o pagamento não será efetuado, em razão de que não foram apresentadas as comprovações exigidas para tal.

Parágrafo Quinto - Quanto à sua forma a rescisão poderá ser:

- I) Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei n. 8.666/1993;
- II) Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- III) Judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo Sexto - DA RESCISÃO COM RESSARCIMENTO DE PREJUÍZOS - A rescisão do contrato com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei n. 8.666/1993 obedecerá ao previsto no § 2º do artigo 79 da mesma Lei.

Parágrafo Sétimo - DAS CONSEQUÊNCIAS DA RESCISÃO ADMINISTRATIVA POR INADIMPLÊNCIA CULPOSA - A rescisão com base nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei n. 8.666/1993 acarreta as consequências previstas no artigo 80 da mesma Lei. A rescisão fundamentada por razões de interesse público ou a ocorrência de caso fortuito ou de força maior dará à CONTRATADA o direito a liberação da garantia contratual e ao recebimento do(s) valor(es) pertinente(s) aos serviços executados e aceitos.

Clausula Décima Sexta – Das Prescrições Gerais

Parágrafo Primeiro - O Gestor do Contrato será O Departamento de Suprimentos e Logística.

Parágrafo Segundo - O Ordenador de Despesas será a Presidência do TJCE.

Parágrafo Terceiro - De acordo com a Resolução do CNJ n. 7, de 18.10.2005, é vedada a contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal (CONTRANTE).

Cláusula Décima Sétima – Da Legislação Aplicável



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Este contrato rege-se pela Lei n. 10.520/2002 e Lei n. 8.666/1993, alterada pelas Leis n. 9.648/1998, n. 9.854/1999, legislação correlata, medidas provisórias, bem como pelos preceitos de Direito Público, regulamentos, instruções normativas e ordens de fornecimento, emanados de órgãos públicos, aplicando-se-lhes, supletivamente, nos casos omissos, os princípios gerais dos contratos e demais disposições de Direito Privado.

Cláusula Décima Oitava – Do Foro

Fica eleito o foro de Fortaleza (CE), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, caso não possam ser resolvidos por via administrativa, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença da(s) testemunha(s) que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, devendo seu extrato ser publicado no Diário da Justiça Eletrônico.

Fortaleza, 04 de DEZEMBRO de 2017.

Des. Francisco Gladysson Pontes
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ-CONTRATANTE

Dr. Moisés Antônio Fernandes Monte Costa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA DO TJCE

Sr. Francisco Pinto Neto
REP. LEGAL DA EMPRESA DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS URUBURETAMA LTDA-ME
CONTRATADA (ASSINATURA/CARIMBO)

Testemunhas: _____